

## Notas do Subsolo como novela científica

*Notes from the Underground* as a scientific novel

**Rafael Sarto Muller**

Doutor em Letras-Literatura

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

rafaelmuller776@gmail.com

**Recebido:** 11/11/2023

**Aprovado:** 22/02/2024

**Resumo:** *Notas do Subsolo*, de Dostoiévski, tem sido apontada na literatura científica como obra que coloca em questão o racionalismo de sua época. Além disso, vem sendo estudada a partir de paradigmas psicanalíticos e materialistas por uma série de pesquisadores contemporâneos. Perspectivada como uma novela científica (especificamente epistemológica), operamos uma inversão epistemológica: usaremos o arcabouço teórico do homem do subsolo para estudar os métodos (notadamente psicanálise e materialismo dialético) que foram usados para estudá-lo [ao homem do subsolo]. Como resultados, demonstramos a psicanálise como uma pseudociência e o materialismo dialético, quando usado nas ciências históricas, como uma protociência. Concluímos identificando no “método do subsolo” os traços característicos do ceticismo como base filosófica para o fazer científico.

**Palavras-chave:** Literatura russa; Metodologia científica; Ceticismo.

**Abstract:** *Notes from the Underground*, by Dostoevsky, has been highlighted in scientific literature as a work that calls into question the rationalism of his time. Furthermore, *Notes from the Underground* has been mostly studied from psychoanalytic and materialist paradigms by contemporary researchers. Viewed as a scientific novel (specifically in epistemological terms), we operate an epistemological inversion: we will use the theoretical framework of the underground man to study the methods (notably psychoanalysis and dialectical materialism) that were used to study him [the underground man]. As results, we demonstrate psychoanalysis as a pseudoscience and dialectical materialism when used in historical sciences as a protoscience. We conclude by identifying in the “underground method” the characteristic features of skepticism as a philosophical basis for scientific practice.

**Keywords:** Russian literature; Scientific methodology; Skepticism.

### Introdução

*Notas do Subsolo*, ou *Diários* ou *Memórias do Subterrâneo* (várias combinações de traduções são encontradas), de Dostoiévski, é uma novela em primeira pessoa, com um narrador-personagem que

não diz seu nome, que já fora abordada sob uma série de perspectivas. A maior parte delas, entretanto, tem viés psicanalítico ou histórico, voltando-se para a psiquê do sujeito narrador como um sujeito perturbado ou remontando o contexto de crítica ao pensamento de sua época operado literariamente por Dostoiévski.

No presente artigo, operaremos uma inversão teórico-epistemológica e metodológica: usaremos o arcabouço teórico do homem do subsolo para estudar os métodos (notadamente psicanálise e materialismo dialético) que foram usados para estudá-lo [ao homem do subsolo]. Em se tratando de um artigo derivado de pesquisa aplicada (temos por objeto uma obra literária a ser investigada no seu conteúdo), não será escopo do presente a teorização preliminar ampla a respeito da construção histórica da noção de Verdade Científica nem todo o processo de investigação linguística dos critérios de legitimidade do fazer científico em ciências humanas, posto que esses percursos contemplam um esforço de investigação em ciência básica/pura que tomaria a extensão de, ao menos, um outro artigo completo *per se*. Pressupomos que o leitor, em sendo um cientista humano (em formação ou formado), compreende minimamente as bases científicas do seu fazer ou interessa-se por ele. Aqui, então, partiremos já da nossa opção pela vertente essencialista de Wittgenstein. Para fins de transparência e didatismo, indicamos três leituras outras que podem ser de valia ao leitor interessado pelos alicerces em pesquisa básica que sustentam esta pesquisa aplicada: a) o próprio *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein (1968), com a consolidação e sistematização dos critérios e limites do conhecimento segundo sua filosofia da linguagem, um trabalho de verticalização da estrutura do conhecimento e de fonte primária (o próprio filósofo da linguagem que o estrutura); b) o artigo *A classificação dos projetos e teorias da verdade e o lugar da teoria da correspondência e do pragmatismo* de Eduardo Simões (2019), que localiza, dentro do rol de teorias da verdade mais relevantes produzidas até a contemporaneidade, o projeto de Wittgenstein do qual nos valem e permitirá ao leitor conhecer o espaço disciplinar que serve de sorvedouro para as mais diversas teorias da verdade e enveredar-se por elas conforme seu interesse; c) a tese de doutoramento intitulada *Anticristos econômicos e as filosofias da antiguidade clássica em Deuses econômicos de Dyonelio Machado*, de Rafael Sarto Muller (2023), em especial nos itens 2.2 (Bases epistemológicas da metodologia) e 3 (Seção I), em que são contemplados de forma mais extensiva (pela liberdade de laudas para o fazer) os percursos linguísticos que dotam de poder e crivo de verdade as autoridades, demarcadas topograficamente por suas titulações.

Para tanto, retoricamente, valemo-nos de três seções: a) na primeira, uma revisão de literatura não sistemática de artigos recentes que abordaram a obra, apontando aquilo que consideramos alguns achados e conclusões de interesse para nosso recorte de pesquisa; b) na segunda, a análise mais pormenorizada da psicanálise enquanto método (tal qual aplicada à obra), usando o método do subsolo; c) na terceira, a análise mais pormenorizada do materialismo dialético enquanto método (tal qual aplicado à obra), usando o método do subsolo.

Em nossas conclusões, apresentaremos, enfim, que escola metodológica representa o homem do subsolo e que possui esse aspecto meta-metodológico: um método científico capaz de avaliar a cientificidade das ciências.

### **O olhar da ciência atual sobre o homem do subsolo**

No trabalho de Amorim (2021), o homem do subsolo é comparado a Hamlet em virtude do contexto de escrita da obra – a alta probabilidade da influência shakespeariana sobre Dostoiévski – e pelo critério da angústia que marca uma consciência atormentada por questionamentos sobre si mesmo. Ele também acompanha Bakhtin considerando que o escritor rejeitava premissas monológicas, usando-se de modo dialógico para abordar a personalidade do protagonista como objeto de reflexão.

Brandão e Vaucher (2021, p. 326) destacam um homem “ser de pulsões, paixões, identificações, complexos, traumas e caprichos [...] agressivo, desonesto e imoral”, tudo por vantagem, algo que todos nós seríamos. A abordagem dos autores é psicanalítica, creditando ao homem do subsolo duas impressões de destaque aqui: a) “homem que quer provar narcísica e sadicamente o impacto que o encontro com sua natureza lhe causa e o direito de ter posse do relato da própria miséria. O direito de compartilhar um detalhado desvelamento de seu fracasso, desde que isso tenha forma de liberdade” (Brandão; Vaucher, 2021, p.313); b) “homem, metamórfico, dual, contraditório, que pulsa vida e morte, que se aprisiona e se liberta, que em sua consciência crítica se julga, condena-se e se absolve, mas, em seu subsolo psíquico, apenas é o que não pode deixar de ser” (Brandão; Vaucher, 2021, p.313).

Na linha dos anteriores segue Villaça (2021), pontuando a negação (segundo interpretação psicanalítica) de um sujeito que afirma em texto publicado que não publicará a narrativa e enfocando aquilo que chama suas insuficiências, alinhado com a noção de ser humano enquanto sujeito de faltas.

Farina (2021) debruçará sobre a noção de doença do homem do subsolo, como decorrente de sua consciência exagerada e que o tornaria inapto para a ação, levando-o à introspecção, numa abordagem também que enfoca o sujeito e sua psiquê, chegando a considerá-lo vítima e carrasco de si mesmo, tomando essa contradição como própria do ser humano.

Cabral (2016, p. 166), de viés materialista histórico e crítico, destacará que

*Memórias do Subsolo* ultrapassa infinitamente o papel de opositor das ideias materialistas dos jovens radicais russos, visto que sua escrita comporta um conteúdo material tão significativamente explosivo que foi capaz de fazer frente a toda filosofia materialista que se inscreveu na tradição dialética hegeliano-marxista, tematizando o “fato trágico” a partir da desconstrução de todas as falsas reconciliações do materialismo moderno.

Fernandes (2021) terá orientação também mais contextual, olhando às correntes de pensamento à época, notadamente racionalismo e romantismo, que serão trabalhadas na novela. Ele dirá: “a certeza de que as ideias materialistas e utilitaristas seriam o suficiente para guiar a ética humana, sem que fosse preciso recorrer aos preceitos religiosos do sacrifício cristão, despertou forte discordância em Dostoiévski” (Fernandes, 2021, p. 144). É nessa sequência que afirmará o desespero do homem do subsolo perante os desafios morais que a limitação da ciência (via seu determinismo) imporia ao ser humano moderno.

Silva e Giacomelli (2022) recortarão exatamente, na sequência do anterior, a questão do determinismo dentro da novela russa. Com enfoque interdisciplinar, trazem do determinismo na física clássica de Laplace ao princípio da incerteza de Werner Heisenberg (característico da física moderna) as perspectivas de análise para equiparar o problema filosófico interposto na obra de Dostoiévski. A noção de loucura, tão comum inclusive ao estereótipo do “cientista maluco”, estaria aí amalgamada também no homem do subsolo em decorrência da extrapolação do determinismo laplaciano.

Como se depreende, os quatro primeiros trabalhos adotam paradigma psicanalítico, os dois seguintes, materialista dialético, e o último seria o único de abordagem diversa – curiosamente, uma

abordagem que toma a Física (Laplace e Heisenberg) como ponto de partida para pensar a Literatura, num exercício importante de interdisciplinaridade. Partamos, então, deste último, que seria o único para o qual faltaria seção específica na estrutura deste artigo e que muito se aproxima de um ponto que consideramos central no “método do subsolo”: o embate entre determinismo e livre arbítrio. O homem do subsolo dirá:

Se às vezes queremos coisas absurdas, isso se deve ao fato de que nessa coisa absurda nós vemos, por burrice nossa, um caminho mais curto para obtermos uma vantagem antecipadamente presumida. Bem, quando tudo isso estiver explicado e exposto numericamente no papel (o que é perfeitamente possível, porque é indigno e sem sentido crer antecipadamente que haja leis da natureza que o homem nunca descobrirá), então, evidentemente, não existirão as chamadas vontades. Pois, se a vontade um dia coincidir completamente com a razão, nós iremos raciocinar e não querer, propriamente, porque é impossível, por exemplo, conservando a razão, desejar coisas sem sentido, indo, desse modo, conscientemente contra a razão e desejando algo que nos prejudique... E, como todos os desejos e raciocínios poderão ser realmente calculados, pois algum dia serão descobertas as leis do nosso assim chamado livre-arbítrio, então, conseqüentemente, além de anedotas, também será possível estabelecer-se algo como uma tabela, de tal modo que nós realmente teremos desejos de acordo com essa tabela. Porque se, por exemplo, um dia me provarem com cálculos que se eu fiz um gesto obsceno com o dedo para alguém isso se deu precisamente porque não poderia deixar de fazê-lo, e porque era exatamente aquele dedo que eu deveria mostrar, então o que restará de livre em mim, especialmente se sou uma pessoa instruída e com um curso completo de ciência em algum lugar? (Dostoiévski, 2009, p. 37-38)

O homem do subsolo é uma pessoa instruída e com um curso completo de ciência, afirmando o seu lugar de, com seu texto, empreender uma descrição científica de como vê o mundo. Tomando o mundo por um sistema de coisas, o seu processo de conhecimento será estocástico (iterativo, heurístico, somativo): não se pode determinar uma origem única para tudo e tomamos conhecimento de algo mais sempre a partir de um algo anterior ao qual nós identificamos alguma relação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1993). Um constante “puxar o fio da meada” que, ainda que nunca nos leve à solução única e original dos problemas que nos propomos, não deixa de ser um caminho a ser percorrido, pelas benesses potenciais que o conhecimento nos provê a cada momento. Ainda que do ponto de vista estrutural seja também impossível determinar se de fato estamos frente a um sistema de solução impossível ou de soluções infinitas (e não um sistema com soluções determinadas), da lógica pragmática essa preocupação não resulta em nada. Se o sistema possuir uma solução – se for possível chegar a uma origem única – continuar “puxando o fio da meada”, ou seja, fazer progredir o conhecimento, é um caminho válido. Se o sistema não possuir solução(ões)

determinada(s), se há algo infinitesimal de incognoscível no cosmos, ainda assim o caminho investigativo (e a dificuldade associada à sua falta de solução) amplifica repertórios comportamentais dos investigadores, reduz o tamanho do incognoscível, sendo também proveitosa a pesquisa (menos a pesquisa cunhada “inútil”). Em resumo, a decisão de conhecer ou não é uma função independente da variável booleana “existe ou não uma solução original única”.

Cartografando o conhecimento, portanto, temos um ideal para além do limite, logicamente impossível, que corresponde ao “quando tudo isso estiver explicado e exposto numericamente no papel” do homem do subsolo de Dostoiévski. Por “cartografando”, remetemo-nos à abordagem do conhecimento e da linguagem encontrada no *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein (1968), em que ele organiza metateoricamente o mundo em sistema psicológico (estado de coisas do mundo, materiais e conceitos apreensíveis cognoscentemente) e sistema lógico-filosófico (operações lógicas operadas sobre as coisas do mundo, incluindo as extrapolações matemáticas como limite, infinito e nada, por exemplo). Considerar o sistema de mundo em que estamos postos como um sistema sem solução determinada é sinônimo de colocar a solução nesse lugar “para além do limite” do cognoscível, algo impossível. Veja-se que, fazendo-o, encontramos uma solução *ad-hoc* à falta de solução. Não a podemos descrever em sua essência, mas podemos a localizar, dar-lhes as coordenadas, e, com isso, direcionar o nosso caminhar na trilha do conhecimento. O subsolo apontará que essa situação final é “perfeitamente possível” (pode ser sugerida no plano ideal e localizada) e, logo mais na sequência, quando aplicada às coisas do mundo (o problema do desejo vs. razão), impossível (sua essência não pode ser racionalmente descrita, ainda que o quiséssemos).

Numa análise apressada, muitos acreditam aí encontrar uma contradição ou um paradoxo. Contradição ou paradoxo são rótulos dados por um observador que julga ver dois fenômenos opostos justapostos e, por sua própria incapacidade de explicar essa justaposição, diz-se angustiado. Entretanto, a relação entre os fenômenos observados é algo escolhido livremente pelo próprio observador: mudada a chave de análise, a contradição se desfaz. Tal qual Heisenberg, a posição de onde o observador observa ao fenômeno interfere na medição e, por consequência, na descrição dos fenômenos do mundo. Ainda que intuitivamente tomemos que os fenômenos do mundo são únicos (noção de estado de coisas wittgensteiniano), as suas descrições, mediadas pela linguagem e, antes, pela observação, são infinitas potencialmente, tanto quanto se opte por alterar a posição de

observação, coincidindo funcionalmente com a indeterminação de Heisenberg. Vejamos agora mais detidamente como isso se opera na linguagem do subsolo.

Para dizer que a situação é “perfeitamente possível”, ele estabelece as suas balizas: a) o oposto [impossível] é indigno; b) o oposto [impossível] é sem sentido; c) julgar como impossível é algo antecipado. Veja-se que o seu critério de “possível”, portanto, prioriza, em sua hierarquia axiológica, um critério de ação (pragmática): o resultado final do conhecimento talvez não chegue a termo (pois lá ao final talvez até seja mesmo impossível), mas isso não gera qualquer entrave para buscá-lo ou tentar aqui e agora. O impossível, portanto, está lá adiante – tal qual a baliza “c”. O sentido de nossa investigação em tentar explicar o mundo já está dado, fazer progredir o conhecimento científico – tal qual a baliza “b”: atingido o impossível, não haveria mais sentido para onde caminhar e chegaríamos a uma situação de vida vegetativa, em que tudo é auto-evidente e não há o que investigar ou falar. É o que Wittgenstein (1968) afirma ao dizer que sobre o que não se pode pensar, deve-se calar. Enquanto o impossível/incognoscível não ocorre, ao conhecer progressivamente o mundo, estamos agindo, e a ação é o que caracteriza o sujeito de caráter, o sujeito digno, como o sabemos de outros trechos da obra – baliza “a”.

Assim, ainda que compartilhem o radical da palavra, para o subsolo “possível” e “impossível” não são pares opostos que, juntos, implodem. Ao contrário, a oposição os torna complementares: o impossível localiza-se num futuro-limite, um ideal e um sentido, enquanto o possível localiza-se no aqui e agora que demanda ação.

O determinismo é apenas aparentemente incompatível com o livre-arbítrio por uma questão cartográfica: levado o livre-arbítrio para a extrapolação conceitual do determinismo (além dos limites de nosso mundo e de nossa linguagem), ele é impossível; mas no mundo clássico, onde há ainda uma parcela importante de não-saberes, o livre-arbítrio está, exatamente, em escolher aquilo que procuraremos descobrir, o passo de número um de um investigador científico. Ao final da onisciência, olhando para o passado, pode-se chegar à interpretação de que a escolha antes julgada “livre” não o fora livre assim – como na anedota do gesto obscuro – justamente pela mudança de posicionamento do observador (o que designa uma medição diversa e torna o fenômeno em si indeterminável), o que faz disso uma preocupação futura e, inclusive, improficua, a não ser a título



de exercício de lapidação das habilidades cognitivas do sujeito (para tornar-se inteligente e com consciência exagerada).

Essa é, inclusive, o pareamento que Silva e Giacomelli (2022) muito bem o fazem: há teorias científicas plenamente plausíveis para um recorte de mundo clássico, mecânico, donde as variáveis podem ser determinadas conjuntamente (como em Laplace); enquanto há outras teorias específicas para o estudo do mundo moderno, subatômico, quântico (como em Heisenberg), em que a medição (ou determinação) de uma variável influencia a medição de outra, imperando um relativismo que, se não fisicamente superável, deve ser ao menos declarado para que os pesquisadores suportem o erro embarcado em suas análises, retirando o caráter absolutista de que a Verdade Científica costuma se dotar. As extrapolações, conquanto sejam feitas, devem ser controladas, explicadas, justificadas transparentemente, pois a legitimidade da ciência reside na sua transparência e comunicabilidade, que permite a sua reconstrução experimental e verificabilidade em termos, o ceticismo organizado para rever seus próprios atos quando eivados de vícios analíticos e assim por diante (Feyerabend, 1977).

### **O método psicanalítico de estudo do homem do subsolo**

Essa legitimidade da ciência baseada em sua transparência faz parte da teoria epistemológica do subsolo. No mundo em que vivemos – e em que os leitores-modelo do homem do subsolo vivem –, a dita ciência está baseada em hierarquia, em figuras de autoridades, em juízes prontos a julgar o outro. Quando assim feita, age como uma hermenêutica e, portanto, como uma teologia moral. A transparência, ainda que associada diretamente à ciência, trata-se de uma decisão e um comportamento humano, de modo que destacá-lo significa, também, deslocar o crivo de legitimidade de algo intangível a algo material, observável, algo que condiz com a própria concepção do fazer científico. Encurtado o debate, não se trata de uma linguagem/roupagem científica, mas de um comportamento em prol da comunicabilidade e autonomia (prover ao outro de todas as informações necessárias à validação por conta própria).

Como o vimos, com o seu discurso, o primeiro passo do homem do subsolo foi abrir caminho para o conhecimento, dizê-lo possível, ousar conhecer, tornar-se inteligente. No mundo científico ideal, a verdade científica é aquela que se demonstra justificada e com justificativas minimamente críveis. A justificativa é o que afasta a soberania hierárquica: uma vez que um rei



precisa justificar seus atos, não possui qualquer autoridade, porque o que caracteriza uma autoridade é não precisar justificar-se, seus atos são tomados por autoevidentes, onipotentes, à proximidade de Deus (Proudhon, 1998; Laclau, 2016). O seu aspecto de crível, ou seu status de crença justificada verdadeira, por falta de nomenclatura melhor, consolida o elemento supramencionado que permitirá a discriminação de uma justificativa válida enquanto tal: trata-se do deslocamento referencial de conceitos intangíveis a fenômenos observáveis. Quando uma autoridade se vale de uma estrutura sintática que remete à justificação, mas, no conteúdo, reporta-se a conceitos intangíveis e inquestionáveis, o elemento de persuasão estará igualmente apoiado sobre uma superstição, um nome sem materialidade, um rótulo, um título – a autoridade em si mesma, transliterada.

A inteligência – o altíssimo custo de pensar, observar e verificar por si mesmo, exigindo a materialidade observável dos argumentos –, portanto, é uma afronta às autoridades de uma época e, segundo as leis do direito divino, deve ser punida. É aqui que o homem do subsolo se identifica, então, culpado de sua inteligência:

O mais importante é que, por mais que se reflita a respeito, de qualquer maneira resulta que eu sempre sou o principal culpado de tudo e, o que é mais lastimável, sou culpado sem culpa e de acordo com as leis da natureza, por assim dizer. Sou culpado, em primeiro lugar, porque sou mais inteligente do que todos os que me rodeiam. (Dostoiévski, 2009, p. 17)

Essa é uma situação vinculante e da qual não se pode escapar através da reflexão (por mais que se reflita a respeito) exatamente porque a reflexão é o comportamento essencial do indivíduo inteligente. O tom satírico que alguns leitores identificam na obra decorre de Dostoiévski colocar em relevo algo que não é usualmente questionado: a lógica das autoridades (os interlocutores do homem do subsolo). Também fora ridicularizado como sofista – e o próprio termo “sofista” é usado pejorativamente na contemporaneidade – Górgias, o filósofo que apontava já na antiguidade, nesse mesmo embate, como a métrica de inteligência usada em sua época não era a habilidade de pensar por conta própria, mas a habilidade de subordinar-se a uma autoridade e reproduzir os seus discursos (Costa Lima, 2006). O atualíssimo “obedece quem tem juízo”, como se obedecer fosse sinônimo de arrazoar – e o é, porque ao não o fazer, é-se condenado, culpado e punido pelas autoridades, trazendo desvantagens para si, como ocorre com o nosso homem do subsolo.

O conceito mesmo de “inteligência”, portanto, também não está dado. Esse rótulo “inteligência” pode ser usado para designar a métrica “comportamento de refletir” ou

“comportamento de obedecer” que, face às autoridades (uma contingência ambiental e histórica), diferenciam-se.

Para escapar à punição, deve-se obedecer ou, extrapolando o conceito, não fazer nada – deixar as coisas como estão; agir conforme a manutenção do status quo. Não fazer nada para mudar é sempre o que nos pedem as autoridades no poder. Escapar à punição, um ato de fuga-esquiva, é também associado a um ato de autorrespeito: ninguém há de desejar ser punido; esse tipo seria rapidamente cunhado masoquismo e falta de respeito consigo mesmo. Isso é tratado quase nos mesmos termos pelo homem do subsolo:

Pergunta: quem é ele? Resposta: um preguiçoso. Seria mais do que agradável ouvir tal coisa a meu respeito. Mostraria que fui definido positivamente, que há o que dizer sobre mim. “Um preguiçoso!” – isto é de fato um título, uma função, é uma carreira, senhores. Não brinquem com isso, é a pura verdade. Eu seria, então, por direito, membro do clube mais importante, e minha única ocupação seria passar todo o tempo me respeitando. (Dostoiévski, 2009, p. 28)

Essa ocupação de não fazer nada e escapar à punição das autoridades é uma opção à qual o homem não aceita. O seu limite enquanto revoltado, para usar um termo camusiano, é a sua condição de inteligente. O conceito de revolta em Albert Camus (2017) é um conceito limítrofe: a partir de um momento, sob um critério, o sujeito revoltado estabelece um limite que não será mais transpassado pelas contingências do contexto. O critério limítrofe passa a ser usado recorrentemente como critério a priori, uma autorregra. Como limite – e assim como a própria noção matemática de limite – é inapreensível, não corresponde a ponto nenhum no espaço porque está plotado no sistema lógico-filosófico segundo a cartografia wittgensteiniana do conhecimento (Wittgenstein, 1968). Como o dirá o homem do subsolo: “embora eu tenha declarado no início que, na minha opinião, a consciência é a maior infelicidade para o homem, eu sei que o homem ama a consciência e não a trocará por satisfação alguma” (Dostoiévski, 2009, p. 46).

Não sendo possível descrever em palavras esse limite intangível, Dostoiévski recorre a estratégias de oralidade. Parte da lógica da burrice (“é melhor não fazer nada”) para a inteligência revoltada e, no percurso, o ruidoso limite:

Conclusão final, senhores: é melhor não fazer nada! É melhor a inércia consciente! Pois, então, viva o subsolo! Apesar de eu ter dito que invejo o homem normal até a minha última gota de fel, nas condições em que o vejo, não quero ser ele. (Embora não pare de invejá-lo; não, não, o subsolo, em todo caso, é mais vantajoso!) Ao

menos, lá é possível... Ah! Estou mentindo agora também! Porque eu mesmo sei, como dois mais dois, que o melhor não é o subsolo, mas outra coisa diferente, completamente diferente, pela qual eu anseio, mas que jamais encontrarei! Que vá para o diabo o subsolo! (Dostoiévski, 2009, p. 48-49)

O homem que opta, portanto, por agir segundo a própria consciência, suportando a punição, é um *outlier* em relação ao fenômeno normal – outra coisa completamente diferente –, tomando por referência uma curva de distribuição normal que descreva o comportamento humano de um sujeito em relação a uma autoridade (obedecer ou desobedecer). Numa forma poética – e Dostoiévski mesmo em carta ao irmão aponta “que a poesia suavize e suporte tudo” – altera o “suportar a punição” que nós aqui escolhemos por “deixar de lado suas próprias vantagens e seguir caminho diverso do que lhes fora indicado”. Eis a citação direta:

Em primeiro lugar, quando foi que, no decorrer de milênios, o homem agiu movido apenas pelos próprios interesses? Que fazer com os milhões de fatos que demonstram que conscientemente, isto é, compreendendo perfeitamente suas verdadeiras vantagens, pessoas deixaram-nas de lado e lançaram-se por outro caminho, ao acaso, arriscando-se, sem que ninguém ou nada as obrigasse a isso, como se simplesmente não quisessem exatamente o caminho que lhes fora indicado e teimosa e voluntariosamente abriram outro, mais difícil, absurdo, tateando no escuro quase às cegas? Significa, pois, que para elas essa teimosia e esse voluntarismo eram de fato mais agradáveis do que qualquer vantagem pessoal... Ah, a vantagem! Que é a vantagem? Os senhores aceitariam a tarefa de determinar com absoluta precisão em que consiste a vantagem para o ser humano? E se acontecer que, em alguns casos, para o homem a vantagem não só possa, como também deva consistir, algumas vezes, em desejar para si aquilo que é ruim, e não o vantajoso? E, se isso é possível, se pode acontecer um caso como este, então a regra não vale nada. (Dostoiévski, 2009, p. 30)

Nesse ponto está o segundo passo para o conhecimento segundo o método do subsolo: se o primeiro foi abrir espaço para o conhecimento (considerá-lo possível), o segundo é a própria estocástica – refinar as teorias, melhorá-las, a partir da observação de interpretações naturais que escapem à regra geral (Feyerabend, 1977).

O método mais simples e amplamente utilizado em ciência é o método indutivo: da observação de uma série de fenômenos, extrair um caso geral a partir dos atributos que se mantêm constantes em todas as observações e esperar que a próxima observação, sob as mesmas condições, comporte-se de maneira similar. Naturalmente, há outras observações que fogem à expectativa, indicando uma falha teórica – “a regra não vale nada”. Duas são as opções perante o sujeito: ignorar a observação – um tipo de ocultismo, obscurantismo, negacionismo – ou lapidar a teoria. Via de

regra as teorias consideram, por uma limitação da própria cognição humana, apenas algumas variáveis julgadas principais para prever determinados fenômenos; perante os *outliers* surge a indicação de que outras variáveis menores, em conjunto, podem modificar o comportamento do objeto estudado e, com isso, sugere-se incrementar a teoria com mais variáveis para que a sua previsibilidade se torne mais fiável. Na mesma medida, pode ocorrer que determinadas variáveis, antes consideradas relevantes, não o sejam no grau até então esperado, sendo proveitoso rejeitar antigas teorias (método *contraindutivo*) para revisitar – por vezes do zero; por vezes apenas de um estado ligeiramente mais primitivo – o conjunto de variáveis e reavaliá-los. Em ambos os casos, há uma postura esperada do cientista: pró-compreensão do mundo e desapegada de sua própria teoria (ela pode estar errada ou ser insuficiente). Se a missão do cientista deixa de ser a favor da descrição/narração do mundo para adotar uma postura moralista e julgadora que busca demonstrar a grandeza de sua teoria tomada como de estimação, ele age como um missionário religioso, para as significações contemporâneas mais comuns.

Se, em tempo histórico, as missões religiosas ainda guardavam algo de progresso do conhecimento – com todos os problemas de exploração mercantilista e expansão imperialista associados – aqui recortamos o aspecto de uso e difusão da religião em sua forma degradingolada, como uma forma de controle aversivo (através do medo) do conhecimento. Remetemo-nos, portanto, às imagens populares do ato de ousar conhecer como um pecado ou sacrilégio capazes de expulsar os homens do paraíso, na mesma linha da inteligência enquanto obediência e da ignorância como uma bênção.

Veja-se que, tomada a oposição entre ciência e religião como algo a priori e a ela associada a dicotomia entre bem e mal, incorre-se no risco de enveredar para uma hiper-simplificação que, em contexto de debate e refinamento metodológico, torna-se inadequado. Tolstói (2012) o delimita bem quando estruturando o seu anarquismo cristão (algo normalmente impensado para anarquistas que optam por radicalizar a repulsa às religiões), tomando a religião como um sistema orientativo (excluído o punitivismo, ao qual Tolstói associa à Igreja Ortodoxa Russa, e não ao Cristianismo em si) para as decisões humanas em termos de convivência, ética e condução autônoma da vida. Nesse sentido, ciência e religião tenderiam a cooperar entre si – a primeira descritiva e a segunda diretiva –, funcionando a religião, inclusive, como baliza ética para a aplicação da ciência, ou seja, o conhecimento gerado pela ciência, verificável, pode ser potencialmente irrestrito, mas a sua aplicação

nas relações humanas deve, antes, responder ao imperativo categórico kantiano (que se faz sinônimo suficiente, nos termos de Tolstói, da segunda lei de Cristo).

Interessantemente, essa mesma concepção, da qual Dostoiévski – um homem de ciência – reconhece e compartilha, fora atacada por Freud. Duas citações, uma de cada um, sintetizam o embate:

Deus me envia, por vezes, instantes em que eu fico inteiramente tranquilo; nesses instantes, eu amo e me sinto amado pelos outros, e é nesses instantes que eu criei em mim um Credo onde tudo é claro e sagrado para mim. Esse credo é muito simples: crer que não há nada de mais belo, de mais profundo, de mais agradável, de mais razoável, de mais viril e de mais perfeito que Cristo; eu falo a mim mesmo com um amor não somente ciumento que não há nada mais, mas que não tem como haver. Mais ainda, se alguém me provasse que Cristo está fora da verdade, e se ficasse provado que a verdade não está em Cristo, eu preferiria então ficar com Cristo a ficar com a verdade. (Dostoiévski apud Arban, 1949, p. 157)

Depois das mais violentas lutas para reconciliar as exigências instintuais (Triebsansprüche) do indivíduo com as reivindicações da comunidade, veio a cair na posição retrógrada de submissão à autoridade temporal e à espiritual, de veneração pelo czar e pelo Deus dos cristãos, e de um estreito nacionalismo russo - posição a que mentes inferiores chegaram com menor esforço. Esse é o ponto fraco dessa grande personalidade. Dostoiévski jogou fora a oportunidade de se tornar mestre e libertador da humanidade e se uniu a seus carcereiros. O futuro da civilização humana pouco terá por que lhe agradecer. Parece provável que sua neurose o tenha condenado a esse fracasso. A grandeza de sua inteligência e a intensidade de seu amor pela humanidade poderiam ter-lhe aberto outro caminho de vida, um caminho apostólico. (Freud, 1987, p. 183)

A experiência delineada por Dostoiévski é – como o indicam as marcas superlativas – uma experiência limítrofe: “integralmente”, “tudo”, “sagrado”, “nada de mais [...]” e assim por diante. Além disso, em análise de tema-remata do parágrafo, a autonomia de pensamento do sujeito está posta antes e preliminarmente à deidade em “eu criei em mim um Credo onde...”. Dostoiévski está, portanto, acima de Cristo, usando-o como um conceito filosófico (e, especificamente, ético) balizador do conhecimento, donde o amor (que sente dos outros e expressa pelos outros) é mister, exatamente à imagem e semelhança da “lei do amor” tolstoiana e que se coaduna perfeitamente à sua epistemologia.

Freud, moralista e julgador, em vez de descrever à semelhança de um cientista, condena Dostoiévski à neurose e ao fracasso histórico, o qual, obviamente, não se materializou. A neurose,

que apesar dos excessivos deslizes de sentido<sup>1</sup>, terá por elementos mais ou menos comuns os afetos negativos e a suposta inflexibilidade comportamental em relação a eles. Trata-se de rótulo improfícuo pragmaticamente: os afetos negativos funcionam como justificativa cognitivo-comportamental para a intervenção no mundo e o processo decisório racional perpassa a eleição de critérios [ético-morais] que serão elencados pelo sujeito em uma posição hierárquica tal e dos quais ele opta por não rejeitar jamais.

É dizer: uma postura: a escolha revoltada por algo de que não se pode prescindir. Neste caso, em que não há oposição implosiva entre ciência e religião, essa escolha dá-se por descrever narrativamente o mundo (ciência) e, em vez de julgar/qualificar o mundo (religião em sentido degringolado), usar de balizas éticas abstratas tomadas como as mais valiosas (Credo próprio, Cristo, lei do amor, ou uma ética pró-convivência humana antecedendo ao conhecimento e assim por diante) para julgar ao próprio comportamento (religião como orientativa da própria condução autônoma da vida). Não é à toa a máxima parafraseada dostoiévskiana em *Os Irmãos Karamázov* (1970): somos todos responsáveis por tudo e por todos, e eu mais que os outros. Fazer o que se escolhe fazer – o que já dá as pistas de que a vantagem maior a que o homem do subsolo se refere será a autonomia de pensamento:

Será que de fato não existe algo que seja mais caro a quase todos os homens do que suas melhores vantagens, ou (para não destruir a lógica) aquela mesma vantagem mais vantajosa (aquela que é sistematicamente omitida, de que falamos antes), que é mais importante e mais vantajosa do que todas as outras vantagens e que, para obtê-la, o homem está sempre pronto, se necessário, a afrontar qualquer lei, ou seja, ir contra a razão, a honra, o sossego, o bem-estar – numa palavra, contra todas essas coisas maravilhosas e úteis, apenas para alcançar essa vantagem mais vantajosa, a primeira, que para ele é mais cara do que tudo?

– Mas continua sendo uma vantagem – dirão os senhores, interrompendo-me.

– Permitam-me, nós vamos nos explicar, e a questão não se resume a um jogo de palavras, e sim a que essa vantagem é notável justamente porque destrói todas as nossas classificações e todos os sistemas que foram montados pelos amigos do gênero humano. Resumindo: ela atrapalha tudo. Mas, antes de lhes dar o nome

---

<sup>1</sup> É recorrente o recurso à complexidade amorfa como contra-argumento. A estrutura argumentativa dá-se julgando determinado como mais complexo do que o modo como é usado, mas sem que a isso se siga uma descrição narrativa dos atributos essenciais do conceito e seu modo de usar. Assim, a ampla profusão de topografias para um mesmo conceito é usada, coletivamente, como uma forma de invalidar qualquer crítica. Tendo um conceito tomado, aprioristicamente, como inapreensível (algo do plano lógico-filosófico à similaridade da incognoscibilidade, tradicional às deidades máximas), o argumento de autoridade de que o crítico não apreendeu o conceito (algo impossível) será inafastável. Essa estrutura retórica autocentrada, hermética, impede quaisquer críticas mais pungentes à psicanálise.

dessa vantagem, quero comprometer-me pessoalmente e, por isso, insolentemente declaro que todos esses maravilhosos sistemas, todas essas teorias que pretendem explicar para a humanidade quais são seus interesses verdadeiros e normais, para que ela, necessariamente almejando alcançar esses interesses, torne-se no mesmo instante boa e nobre – até o momento, na minha opinião, não passam de falsa lógica. (Dostoiévski, 2009, p. 31-32)

Veja-se que a intervenção intuída pelos seus interlocutores é de que ainda se tratará de uma vantagem, ao que o homem do subsolo aponta não se tratar de um jogo de palavras. É exato nisso: cunhar à autonomia de pensamento como uma vantagem não descreve como opera a autonomia no mundo, apenas a qualifica (um julgamento). Além disso, confunde-se “vantagem” e “desejo”, como se fazer o que se deseja (operado pelo prazer, por exemplo) fosse sempre uma vantagem e excluindo – antecipadamente – o fenômeno em estudo: o homem que age por opção própria. Para não aceitar a falha da teoria da vantagem (ou do desejo, ou do prazer), tapa-se os olhos para o processo decisional do homem do subsolo ou – como é mais sorrateiro – apenas o nega afirmando ser também “vantagem” ou “desejo”, sem justificativa, vez que o conceito de “vantagem” ou “desejo” usado, antes, para a definição da teoria não se encaixa com o que ocorrera agora.

Não é difícil notar, já pelo léxico, que a psicanálise se configura nessa religião: sua estrutura discursiva está construída de modo autorreferenciado para que os fenômenos que não se encaixem na teoria psicanalítica sejam ignorados (ou forçadamente encaixados, sem explicação). Se o homem age contrariamente ao esperado segundo sua consciência (a explicação lógica e probabilística), credita-se o fenômeno ao inconsciente. Credita-se, mas não explica ou justifica – algo próprio de uma autoridade, a autoridade do inconsciente. O mesmo ocorre com a estrutura da negação<sup>2</sup> e o profissional psicanalista: se o paciente afirma o que é esperado pelo analista, há concordância; se o paciente afirma o que não é esperado, credita-se à “negação”, mas também não se explica ou justifica descritiva ou narrativamente o fenômeno. Em todo caso, o mundo é estancado pela teoria.

Naturalmente, em termos pragmáticos, a importância da psicanálise não pode ser rejeitada. Exatamente por ter a estrutura absolutista de argumentação hermética – incompatível com a ciência – como fundamento, mas ter sido acreditada por longo tempo como tal [como ciência], ela acabou por gerar uma situação de insustentabilidade aos sujeitos que se submeteram a ela. Sabemos que situações insustentáveis fazem com que indivíduos ampliem a frequência de emissão de repertórios

---

<sup>2</sup> O hermetismo da negação fora já analisado por Muller (2023), no item 5.18 desta referência.



comportamentais novos, desenvolvendo novos repertórios (Skinner, 1978). Assim, tal qual a Metafísica de Aristóteles importou historicamente aos fundamentos da física pura, mas hoje é tomada como documento estético e histórico muito mais do que base incontestável para as físicas clássica e moderna, a psicanálise já cumpriu o seu papel histórico de balançar concepções antigas sobre o comportamento humano, mas já se demonstra pouco elucidativa para a psicologia e demais ciências humanas. O motor imóvel dos objetos com massa no mundo, ou o motor imóvel das ações dos homens (o inconsciente psicanalítico) são formas genéricas, facilmente associadas por sua incognoscibilidade a Deus ou outra deidade (tal qual Tomás de Aquino já o fizera), que não mais prestam à ciência moderna e passam, então, a cumprir função histórica, estética e de entretenimento.

De volta ao determinismo laplaciano, parte importante do método do homem do subsolo é a primeira etapa: a etapa que autoriza o progresso do conhecimento e da inteligência. Ela fixa o fato de que o progresso do conhecimento é possível – e é o sentido a se perseguir – justamente por ainda faltar-nos conhecimentos a serem conhecidos. A impossibilidade da totalidade, ainda que suficientemente crível, é uma ideia inapreensível, lógico-filosófica (tal qual o infinito, ou o universo, ou Deus), e, como tal, pode nos ser útil como par opositor da realidade material para um exercício cognitivo, mas não é motivo de preocupação para o agir em busca do conhecimento aqui e agora, olhando e descrevendo os fenômenos e a realidade sob suas diversas perspectivas. A psicanálise, ao encerrar as suas conclusões no ser humano como um “sujeito de falta” ou sempre, em última instância, condicionado pelo Inconsciente, limita o progresso do conhecimento – cria, portanto, seres limitados, à luz dos interlocutores do homem do subsolo. Novamente, a cartografia dos conceitos e seus complementares permite compreender os caminhos associativos de julgamento do comportamento humano. Uma vez que qualquer sujeito não é (princípio da identidade) o Todo, variando-se a chave de análise, sempre se poderá indicar algo que lhe falta quando confrontando-o a seu complementar. Se é completo, falta-lhe o vazio. Se é meio-completo, falta-lhe a outra metade. E assim por diante. Logo, o conceito “sujeito de falta” é um conceito universalmente aplicável e, portanto, não serve de chave de análise para qualquer discriminação entre sujeitos. Não diferenciando nada, não existe análise (na concepção de que toda análise envolve a divisão das partes segundo um critério diferenciador que prostará uma parte a um lado e outra a outro). Pragmaticamente, dizer “somos sujeitos de falta” ou “somos todos filhos de Deus” é o mesmo e, igualmente, que “o inconsciente conduz nossas ações” e “Deus escreve através de nós”.

A estrutura retórica psicanalítica, portanto, tem ojeriza ao progresso do conhecimento analítico e, para ignorar os fenômenos naturais exceptivos (*outliers*) que sua teoria não dá conta, aposta no julgamento moral e mera qualificação. É o que faz com os homens inteligentes que buscam descrever narrativamente a realidade com o grau mais hipertrofiado de detalhes, o nosso homem do subsolo. Assim, então, é a performance de julgamento desses pseudocientistas, essa sim, cheia de contradições (para o gosto pessoal da teoria):

O senhor tem sede de viver e ao mesmo tempo tenta resolver problemas vitais com uma barafunda lógica. E como são impertinentes e insolentes seus disparates e, ao mesmo tempo, como o senhor tem medo! O senhor diz absurdos e fica contente com eles; diz coisas insolentes, mas está o tempo todo com medo por causa delas e pede desculpas. O senhor afirma não ter medo de nada e, ao mesmo tempo, busca nossa aprovação. O senhor afirma que range os dentes e, ao mesmo tempo, fica fazendo graça para nos divertir. O senhor sabe que seus gracejos não são nada espirituosos, mas, ao que parece, está muito satisfeito com a sua qualidade literária. Talvez o senhor tenha sofrido realmente algumas vezes, mas o senhor não respeita nem um pouco o próprio sofrimento. Há alguma verdade no que diz, mas o senhor não tem pudor; pela vaidade mais mesquinha, o senhor fica exibindo sua verdade, no pelourinho, na feira... O senhor quer realmente dizer algo, mas, por medo, esconde sua última palavra, porque não tem coragem para proferi-la, e o que possui é apenas uma insolência covarde. O senhor se vangloria de ter consciência, mas só o que faz é vacilar, porque, embora sua inteligência funcione, seu coração está obscurecido pela depravação, e, sem um coração puro, é impossível uma consciência completa e justa. E como o senhor é importuno, insistente e afetado! Mentira, mentira, mentira! (Dostoiévski, 2009, p. 49-50)

Não se pode escapar de um riso quanto a isso: a pseudociência (da qual participam a psicanálise e os senhores opositores do subsolo) julgando a ciência mais criteriosa (do homem do subsolo) de “barafunda lógica” e seu cientista de neurótico, fracassado, importuno, insistente e afetado. Espirituosamente o homem do subsolo o demonstra e, mesmo assim, seus leitores reais (como os artigos revisados na seção anterior) fazem o mesmo que o próprio homem do subsolo o previra: cunham ao homem do subsolo de miserável, doente e insuficiente. A própria tradutora, em sua nota inicial, também enfatizará que o texto tem por objetivo ser “um texto com humor, provocativo e desafiador, para gerar polêmica e controvérsias” (Dostoiévski, 2009, p. 5), retirando-lhe a seriedade de seu conteúdo epistemológico de fundo, apto, inclusive, a servir de alicerce para a ciência moderna.

O homem do subsolo, entretanto, importuna, insistente e afetadamente, segue na sua luta de demonstrar a fixação religiosa inclusive daqueles que se dizem cientistas. Revoltar-se por tal ideal e botar isso em palavras seria, realmente, tão importuno assim? Como o julgará o próximo leitor real?

### **O método materialista, dialético e histórico de estudo do homem do subsolo**

Se apresentamos aqui a psicanálise como uma pseudociência por recusar-se terminantemente a olhar para determinados fenômenos do mundo, as ciências históricas e o materialismo dialético conseguem, na melhor das hipóteses, mostrarem-se como protociências que ainda se predispõem a olhar – existe ao menos a possibilidade do conhecimento –, mas o seu olhar ainda tende a ser duramente enviesado. O limite entre pseudociência e protociência é sutil porque decorre de uma potencialidade, uma perspectiva futura efusiva, etérea: nenhuma das duas é ciência, mas a protociência o faz apenas por preguiça intelectual do pesquisador, não havendo na estrutura teórica nada que o impedisse frontalmente de trabalhar outra perspectiva. Se não o faz, é por [mau] hábito.

A dialética materialista, em especial as suas versões mais aproximadas do marxismo e de vertente histórica, focaliza uma variável que é aplicada como uma constante em seus estudos: o capitalismo. Naturalmente, é um conceito cujos limites são móveis e arbitrariamente escolhidos pelos estudiosos (como todo signo formado por significante “capitalismo” e o significado que adotarã), além de situado historicamente, o que faz com que ganhe outros rótulos de acordo com a época e a técnica disponível a cada momento, donde se reconhecem suas origens (por exemplo, o mercantilismo). Por cavalheirismo científico, entretanto, parece suficientemente assente que se trate de um modo de produção e circulação de bens e serviços baseado na luta de classes, com as devidas inclusões e exclusões de conceitos mais ou menos essenciais conforme os recortes também escolhidos pelo pesquisador: exploração, trabalho, mais-valia e assim por diante. Categorias que não existem materialmente (assim como o próprio capitalismo, comunismo, anarquismo etc), mas designam padrões suficientemente homogêneos de comportamentos humanos molares. Descrito narrativamente de modo breve, temos um protótipo de capitalismo com a ação de uma pessoa cercar acesso de outra pessoa a recursos essenciais à sua sobrevivência e, desse cerceamento, passar ao comportamento de negociar comportamentos do outro como forma de autorizar o acesso parcial. Domina-se a terra (recurso) pela força e negocia-se o trabalho (para lavrar a terra e diversificar

recursos extrativos), por exemplo. Ainda que a complexidade aumente exponencialmente com a multiplicação numérica e diversificação de atores e tecnologias, a unidade atômica material dos fenômenos abstratos (não materiais) humanos será, ainda, dada pelo comportamento humano.

Para se levar em conta a existência do capitalismo no embate entre história vs. literatura, necessariamente deve-se considerar que o capitalismo seleciona os textos que circulam, seja pela perspectiva do controle tecnológico sobre os meios de circulação de textos (imprensa, internet etc.), seja sobre a própria segregação socioeconômica de repercussão espacial, na distribuição e acesso, ou ainda nas formas de censura e propaganda política explícitas, vez que o sistema sustenta os modos representativos de governo. Dizer que o capitalismo assim o faz, em termos atômicos, seria descrever quais pessoas cerceiam o acesso a determinados textos de outras, negocia-o com terceiras e assim por diante. A posição que o pesquisador (historiador, literato etc.) ocupa, portanto, tem abarcado o risco de o seu acesso estar sendo cerceado sem o seu conhecimento. Em todo caso, o processo de amostragem histórica é muito potencialmente enviesado e a sua escrita, portanto, arriscadamente não será representativa do universo, da realidade das coisas.

Se esse caso já ocorre em termos gerais, o é ainda mais expoente nos casos em que o fenômeno de interpretação e escrita da história dão-se nos extremos da curva de distribuição normal em relação ao binômio principal quantidade e qualidade das fontes. Quando, para um fato investigado, tem-se apenas fontes oficiais e o Estado é parte interessada na contenda (denúncias de arbitrariedades antidemocráticas, por exemplo), o conjunto de documentos não pode ser tratado como uma representação amostral suficiente da realidade. O mesmo erro estatístico ocorre quando do excesso de fontes: o número de fontes originais sempre será suficientemente limitado – observadores diretos do fato –, de modo que a profusão excessiva de fontes indica um processo de multiplicação exponencial, a predominância de fontes secundárias, terciárias e assim por diante, sem que o historiador tenha necessariamente controle adequado sobre o processo de multiplicação para operar o cálculo reverso e tratar o sopesamento quantitativos dessas fontes. A história da aparente maioria – do discurso hegemônico – será tomado por verdadeiro. Isso tudo para não chegar à situação limite em que toda fonte – enquanto texto e discurso – é, em si, pré-tratada sem critérios conhecidos, já embarcando um erro no estudo.

Ora, se o capitalismo – para usar um termo englobante e acelerar o debate – é a chave essencial de análise do materialismo de viés marxista e ele seleciona, segundo seus instrumentos particulares, os textos que circulam e chegam às mãos do pesquisador, toda a análise do pesquisador estará, necessariamente, enviesada desde sua origem. Os resultados, por consequência, guardam distância da noção de verdade conforme usada no senso comum (conclusão comprovada e inquestionável ou autoevidente) e apresentam um aspecto ficcional também no recorte de análise.

Contraditoriamente, para suplantar o erro embarcado pelo capitalismo nos estudos históricos, será necessário que o historiador recorra a fontes não oficiais ou não científicas – senso comum, textos literários, os mais diversos modos de expressão dos povos locais. Para escapar à ficcionalidade da história dada pela triagem capitalista, deve-se recorrer à ficcionalidade da história dada pela literariedade dos textos coletados originalmente pelo historiador. Em todo caso, algum grau de ficcionalidade da história é inevitável (White, 1992) na origem e é o tratamento metodológico a partir disso que traz a possibilidade reduzir os erros, sopesando vieses em sentidos opostos e anulando-os (mas o critério dos “sentidos opostos” também será dado por uma escolha subjetiva do historiador). Alertar sobre a existência de graus de ficcionalidade na escrita da história e sugerir que estes devam ser quantificados, sopesados e comunicados ao leitor, portanto, faz parte de um trabalho ético da ciência (segundo os critérios já vistos de cartografia do conhecimento e legitimidade científica). Uma vez que aquilo que conecta núcleos de dados técnica-criticamente processados à interpretação discursiva é ficcional por natureza, alardear uma verdade absoluta (atestada por uma autoridade titulada historiadora) e ignorar/negar esse erro interpretativo potencial embarcado [da ficcionalidade] é uma forma de cercear ao leitor (por vezes ainda ingênuo, não letrado cientificamente) o acesso a informações essenciais (a informação de que falta informação, um tipo de informação negativa) que o permitiriam questionar a verdade científica e, daí, prosseguir na investigação científica, coletivizando um movimento em prol do conhecimento universalmente disponível.

A questão que se impõe ao historiador, portanto, é a mesma que o homem do subsolo põe aos senhores com quem dialoga: qual o critério usado para julgar a veracidade ou ficcionalidade de um relato? Ou, nos termos do homem do subsolo: “me respondam apenas: teriam sido determinadas corretamente as vantagens humanas? [...] por que acontece que todos esses estatísticos, esses sábios que tanto amam a humanidade, quando enumeram as vantagens humanas sempre omitem uma delas?” (Dostoiévski, 2009, p. 30-31). Isso ocorre por uma questão fatorial: sempre após listado todo

o rol de vantagens acreditado até o momento (assim como todos os comportamentos humanos, tal qual nossa unidade atômica material de análise), a insustentabilidade dessa situação limítrofe (supostamente integralmente determinada) acaba por produzir novos repertórios. A posição de conhecimento do estudioso influencia na medição (descrição) do conhecimento, dando espaço a uma nova medição (a partir de um terceiro-observador). Ignorar essa dinâmica sistêmica interrompe o progresso do conhecimento uma vez que rótulos totalizadores (união de categorias complementares, como o vimos) acabam por forjar uma sustentabilidade. A crença na autoridade que postula uma sentença e ela é tomada por integralmente verdade faz com que a autoridade jamais seja questionada pois acreditar-se-á já se ter conhecido tudo que havia por conhecer. É como o aforisma kafkiano: uma vez incorporado o mal, não se exige mais que se acredite nele. O mal já será crível automaticamente, elevado ao status de dogma.

Já o sabemos que a “vantagem humana” – para acompanhar o rótulo que sarcasticamente o homem do subsolo pega emprestado dos [agora cunhados aqui neste artigo] psicanalistas – em questão é a autonomia, uma liberdade com espontaneidade de ação e pensamento que faz o sujeito “senhor de si”, uma expressão implosiva que pressupõe uma vida em sociedade extinta de grandes discrepâncias em termos de poder e autoridade. Por extensão, o critério para a julgar a veracidade ou ficcionalidade de um relato é a autoridade. O sujeito-senhor-de-si tem controle apenas sobre seus próprios atos e discursos e, portanto, só pode dizer de si. Tudo que diz do outro é, também, a sua soberana e personalíssima interpretação (Iser, 1999), que pode estatisticamente acompanhar ou não determinadas coletividades. Nessa esteira, ao historiador observador – um intérprete literário, da literatura do sujeito que fala – cabe a autoridade e o crivo a seu bel prazer de julgar verdade ou ficção ao que ouve. Interpretar um texto, uma fala ou um fenômeno é um ato de autoridade e, para desfazê-la [a autoridade], como vimos, é necessária a justificação – do contrário, resvala em julgamento e condenação.

O homem do subsolo o apontara desde o início a problemática metodológica que isso engendra: “sobre o que um homem de bem pode falar com mais satisfação? | Resposta: sobre si mesmo. | Então, vou falar sobre mim” (Dostoiévski, 2009, p. 14). Assim também o é nas diversas partes do texto em que repete coisas como: “desejo lhes contar, queiram ou não ouvir” (Dostoiévski, 2009, p. 14); “Senhores, evidentemente estou brincando [...]; entretanto, nem tudo deve ser interpretado como brincadeira. Talvez eu graceje rangendo os dentes” [o crivo sobre gracejo ou

verdade é dos senhores] (Dostoiévski, 2009, p. 43); e “Talvez os senhores digam que não vale a pena meter-se comigo; nesse caso, posso responder-lhes da mesma forma. Estamos argumentando seriamente, mas, se não quiserem conceder-me sua atenção, não hei de me humilhar” (Dostoiévski, 2009, p. 47).

O materialismo, portanto, tem o potencial de afirmar-se enquanto ciência desde que, antes, reconheça a sua falibilidade, a ficcionalidade das fontes e os erros estatísticos embarcados desde eles, além da arbitrariedade subjetiva do pesquisador perante a organização de sua pesquisa. Sobre este último ponto, o cavalheirismo científico e a arbitrariedade da estruturação de uma pesquisa científica são emblemáticos de se dar destaque pois afetam diretamente o que seria a primeira lei fundamental da dialética materialista: a ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona” (Marconi; Lakatos, 2017).

A ideia de que “tudo se relaciona”, somada à performance materialista (olhar ao mundo material), acaba por deixar em segundo plano que o critério de existência de uma relação entre dois objetos é uma variável escolhida a priori pelo pesquisador (não está dada materialmente, em que pese haverem enxertado o rótulo “materialismo”) e, quando da descrição do fenômeno para o diálogo com pares e reflexão coletiva sobre o que se vê, entra em cena a linguagem, o discurso, que não é material.

Passando a um exemplo prático da obra aqui estudada, Dostoiévski também performa dois gracejos metafóricos para explicar caricatamente a questão. São eles:

o homem é constituído de modo cômico; em tudo isso, pelo visto, há um jogo de palavras. Mas dois e dois são quatro é, de qualquer modo, uma coisa extremamente insuportável. Dois e dois são quatro, na minha opinião, é pura insolência. Dois e dois são quatro olha para você com ar petulante, fica no meio do seu caminho com as mãos na cintura e cospe pro lado. Concordo que dois e dois são quatro é uma coisa excelente; porém, se é para elogiar tudo, então dois e dois são cinco às vezes é também uma coisinha bem encantadora. (Dostoiévski, 2009, p. 45).

Os senhores acreditam no edifício de cristal, para sempre indestrutível, ou seja, acreditam num edifício ao qual ninguém poderá mostrar a língua mesmo às escondidas, nem fazer-lhe uma figa com a mão no bolso. Bom, eu tenho medo desse edifício, talvez porque ele seja de cristal e indestrutível através dos séculos e porque não será possível mostrar-lhe a língua nem às escondidas.

Vejam os senhores: se em vez de um palácio houver um galinheiro, e se começar a chover, talvez eu suba no galinheiro para não me molhar, mas nem assim vou achar



que o galinheiro é um palácio, só por gratidão por ele ter-me protegido da chuva. Os senhores estão rindo e dizendo que num caso como esse tanto faz um palácio como um galinheiro. Sim, respondo eu, se o único objetivo de viver fosse não se molhar. (Dostoiévski, 2009, p. 46-47).

No primeiro trecho, inicia-se com o aspecto da verdade-autoridade, ao que o homem do subsolo, antidogmático, julgará insuportável, insolente e petulante. Na sequência ele o concorda que é excelente, agora pelo critério de verdade-demonstrada: matematicamente, com a demonstração e justificação, é uma descrição crível para o contexto (algébrico, no caso, já que o homem não faz o recorte de potencial soma vetorial, por exemplo, cujas direções influenciaram no módulo do resultado) – e, portanto, não-violenta, não-impositora.

O mesmo ocorre com o segundo trecho, em que o critério da existência-material (não existe palácio de cristal, mas existe galinheiro) é trocado pelo critério funcional “não se molhar”, situação para a qual são iguais.

Em ambos os casos, a demonstração acompanha a noção de ação recíproca ou unidade polar, que acaba por corroborar outros princípios da dialética como a mudança “tudo se transforma” e a luta dos contrários (Marconi; Lakatos, 2017). Esses todos, entretanto e mais uma vez, não estão dados, senão são postulados pelo pesquisador: contrários só o são contrários sob um ou poucos aspectos, mas não na totalidade. E toda conclusão de uma pesquisa, no ato de divulgar seus resultados, opera uma fixação momentânea de critérios, coisas e juízos, interrompendo o devir pressuposto da mudança.

Se um pesquisador que se diz materialista usa apenas o argumento do devir, por exemplo, ou a existência de um contrário (ou *outlier*), como receituários genéricos para rejeitar teorias outras e, comparativamente, criar uma sensação poética de maioridade de sua teoria, a sua postura será anticientífica. A existência de um fenômeno não coincidente com uma teoria revela, antes, uma condição relativa de restrição analítica e de validade, e não uma desabilitação absoluta.

Uma vez que toda teoria, todo resultado, toda reflexão e conclusão, são fixações momentâneas da realidade, rejeitar uma observação de outro pesquisador pelo simples fato de que “a realidade é mais complexa”, “as coisas não são estanques” ou “há uma situação eventual em que isso não ocorre” não se configuram como argumentos válidos porque são condições próprias da ciência. Rejeitá-las é rejeitar à ciência.

E aqui reside mais uma percepção cirúrgica do homem do subsolo:

declaro que todos esses maravilhosos sistemas, todas essas teorias que pretendem explicar para a humanidade quais são seus interesses verdadeiros e normais, para que ela, necessariamente almejando alcançar esses interesses, torne-se no mesmo instante boa e nobre – até o momento, na minha opinião, não passam de falsa lógica. (Dostoiévski, 2009, p. 32)

A isso ele o soma: “destruam meus desejos, apaguem meus ideais, mostrem-me alguma coisa melhor, e serei seu seguidor” (Dostoiévski, 2009, p. 47). Entretanto, em termos de metodologia científica, as ciências tais como feitas na contemporaneidade ainda não apresentaram esse algo melhor. Ao contrário, são hegemônicas na abordagem das ciências humanas os paradigmas psicanalítico (pseudociência) e materialista-dialético e histórico (protociência). Para piorar, optou-se por adotar, em especial nas ciências humanas, o critério do coerentismo como critério de verdade (Feyerabend, 1977). O coerentismo criticado em Feyerabend é aquele decorrente não da coerência interna entre observações, hipóteses e argumentos, mas a coerência externa, a simples profusão matemática/majoritária de autores referendando uma conclusão sem, necessariamente, reavaliá-la criteriosamente. É inevitável que, na ciência, valhamo-nos das pesquisas, resultados e conclusões alheias para prosseguir no conhecimento, posto que é impossível revisitar, a todo momento, tudo que foi produzido.

Há um quê importantíssimo de confiança necessária no trabalho ético do pesquisador/cientista. Apesar disso, em face das exceções, indícios que apontem a necessidade de refinamento de uma teoria, surge a necessidade de questionar as condições restritivas sob as quais a pesquisa pregressa operou. Se a simples profusão numérica de autores repetindo as considerações originais de um autor é tomada como critério de verdade a ponto de gerar um interdito ao questionamento da teoria original, incorre-se no perigo de condenar uma linha de conhecimento à pseudociência, como ocorrera com a psicanálise conforme descrito na seção anterior. Após o seu período de importância histórica, o seu curso de desenvolvimento migrou à autorreferencialidade e perdeu-se o caráter científico original (nos parâmetros de ciência à época, que já não são os mesmos).

No caso do método materialista-dialético, pruma-se, eventualmente (ainda não tão recorrentemente) à hipertrofia do devir, do “tudo se relaciona”, que são conceitos altamente universalizantes. Tais condições (para além do limite lógico-filosófico), já o vimos, têm seu escopo de aplicação restrito à função orientativa. Assim, a forma textual simplificada do “tudo se relaciona”,

por exemplo, orienta que tudo é potencialmente relacionável, sob as chaves de análise escolhidas pelo observador quando da estruturação de sua pesquisa para demonstrar algum fenômeno (comportamento humano). Se o “tudo se relaciona” passa a ser argumento para abandonar o estudo quantitativo e qualitativo das relações, recai-se na vida vegetativa. Isso porque a pesquisa tem por função estudar as relações entre as coisas do mundo sob seus mais diversos aspectos e não apenas o booleano (sim/não) se existe ou não determinada relação. Todas, já o postulamos como premissa, existem e, nesse aspecto, não haveria nada mais a fazer, assassinando-se à ciência. Veja-se, portanto, que, em última instância, o critério de cientificidade vai recair também num comportamento humano: manter variáveis as perguntas que faz ao mundo que olha.

A função do pesquisador, portanto, não é ler e referenciar. Isso é uma etapa pedagógica da formação do pesquisador. A hipertrofia do movimento de expansão das universidades, ampliando o número de ingressantes em percursos acadêmicos, parece ter auxiliado esse movimento de realização de revisões de literatura. Inevitável e, inclusive, proveitoso: sendo a primeira etapa prevista para os novos pesquisadores, é de louvar que isso se dê. Entretanto, proporcionalmente, o ato de pensar, questionar e verificar por conta própria foi colocado em segundo plano, pelo espaço que o ato de ler e comprovar a leitura (reproduzindo-a em textos produzidos pelos novos pesquisadores) exigiu desse novo movimento institucional.

Errar não tem sido uma preocupação grande, admitindo-se que se erre junto com outros pesquisadores, na mesma lógica da ampla multiplicação de fontes secundárias. Barrar esse movimento de expansão da atividade científica não é proveitoso à própria ciência (queremos, sim, mais pesquisadores), mas exige, então, a lapidação de passarmos a nos questionar sobre os critérios de veracidade científica. Se o número de citações múltiplas seguir sendo critério de veracidade e robustez, incorre-se no risco de se postergar absurdamente a identificação de erros originais (que vão sendo reproduzidos). Errar pode abrir espaço à criatividade e à inovação, mas isso só ocorre se o erro for reconhecido enquanto tal, o que demanda a dúvida e o questionamento do próprio fazedor de ciência. Errar acreditando cegamente que seguirmos corretos apenas faz perseverar o erro. Em termos de postura, gera-se um comportamento de manada e aceitação interna do corpo de titulados. Esse documento – título acadêmico – é entregue àqueles capazes de obedecer e reproduzir o falatório alheio. Obedecer, a medida psicanalítica de inteligência e consciência. A ciência hoje – ou o que as instituições científicas que assim se autoneciam – abandonou [se é que um dia teve] a busca

pela verdade e segue para a busca pelo poder. A lógica capitalista – já que é esse o crivo de análise do materialismo marxista – contaminou aos próprios pesquisadores que se dizem progressistas. Incapazes de contra-argumentar e muito acostumados à sua autoridade soberana e histórica nesse campo, os seus senhores dizem “que não vale a pena meter-se comigo [o homem do subsolo]”.

O silêncio só é a melhor resposta para um tirano, posto que se ele-tirano abre a boca para tentar justificar a sua autoridade, tropeça na própria burrice. Mais vantajoso ao tirano é calar-se, fingir sono (ou senti-lo de verdade, já que a argumentação científica lhe soa aos ouvidos como ruídos brancos ininteligíveis).

Essa é uma dinâmica relacional que também não escapa ao sujeito de consciência exagerada: a) do lado do tirano, “o ser humano é tão apaixonado pelo sistema e pela conclusão abstrata, que é capaz de fazer-se de cego e surdo somente para justificar sua lógica” (Dostoiévski, 2009, p. 33); b) do lado do homem do subterrâneo: “sou um tagarela, um tagarela inofensivo e enfadonho, como todos nós. Mas que se há de fazer se o único e evidente destino de todo homem inteligente é tagarelar, ou seja, dedicar-se propositalmente a conversas para boi dormir?” (Dostoiévski, 2009, p. 27-28).

## Conclusões

Desconfio de que os senhores estão olhando para mim com pena; estão repetindo que é impossível um homem evoluído e esclarecido, em suma, um homem do futuro, vir a querer conscientemente para si algo desvantajoso; que isso é matemática. Concordo plenamente, de fato é matemática. Mas repito pela centésima vez: há apenas um caso em que o homem é capaz de, proposital e conscientemente, desejar para si algo até mesmo nocivo, idiota, até mesmo idiotíssimo, e é precisamente quando quer defender o direito de desejar para si mesmo algo idiotíssimo e não ficar obrigado a desejar para si apenas o que é inteligente. Isso é a suprema idiotice, isso é um capricho pessoal e, na verdade, senhores, pode ser o que de mais vantajoso haja na Terra para os nossos semelhantes, principalmente em certos casos. E, particularmente, pode ser mais vantajoso do que todas as vantagens, mesmo no caso de nos causar um mal indiscutível e de contradizer as conclusões mais corretas de nossa razão quanto a vantagens – porque pelo menos conserva para nós o mais importante e o mais caro, ou seja, nossa personalidade e nossa individualidade. (Dostoiévski, 2009, p. 39)

O trecho retoma alguns elementos essenciais debatidos ao longo deste artigo: a) a repulsa dos senhores ao homem do subsolo; b) a insistência atemporal do homem do subsolo em sua verborragia; c) o desapego aos juízos de valor (“idiotice”, “capricho pessoal”), já que só lhe interessa

a descrição dos fenômenos, e não o ato de autoridade de julgar e condenar; d) a radicalização da personalidade e individualidade – ou, nos termos do artigo, da autonomia ou liberdade com espontaneidade.

Essas características, em conjunto, remontam as figuras históricas que ficaram conhecidas como sofistas ou céticos, aos quais se aproximam outros, como os cínicos, uma escola helenística assemelhada nas concepções, porém mesmo verborrágica que os céticos (Martins, 2022). Sofistas, céticos e cínicos, todos nomes entrados para a história com conotação negativa, vez que a história fora escrita pelos poderosos. Eles-cínicos, por exemplo, que sequer faziam questão de serem cidadãos (Machado, 1976), tamanho o desinteresse deles no poder centralizador e organizador – o poder a que hoje chamamos “Estado”. Também eram, nessa esteira, os filósofos mais próximos do homem comum, do povo (Smith, 2004), não tendo nem por vezes um método bem definido para além da dúvida sistemática (Eva, 2005). Esses que se transmutaram nos atuais anarquistas e que, na literatura, encontram em Skinner (1978) a sua expressão máxima. Para ele, a literatura é uma forma metafórica e narrativa de descrever o comportamento humano e o fazer poético é um fazer de urgência, quando a descrição do mundo segundo o linguajar científico apenas ainda não é possível pois a ciência é lenta em sua sistematização (Skinner, 1978). Antidogmáticos e antiautoritaristas rejeitam necessariamente a verdade-autoridade e toda ciência (e cientista) que apenas grita alto [sem se justificar] que o seu fazer uma ciência.

Nesse mundo de contradições – para agradar aos senhores materialistas dialéticos e trazê-los ao diálogo para o desenvolvimento em conjunto das suas (e nossa) teorias –, se disserem a um homem do subsolo que a ciência é essa que está posta (psicanálise, materialismo histórico-dialético em sua versão degradingolada), ele se dirá crítico da ciência e a rejeitará, assumindo o risco de ser chamado inclusive louco, negacionista ou incompetente, ridicularizado mesmo. A sua preocupação seguirá sendo com a ciência transparente, e não com sua própria imagem. É um revoltado da ciência. Mas se admitirem que de fato não há cientificidade nos modos como as pesquisas humanas estão engendradas, o homem do subsolo concordará e trabalhará em conjunto. Não há desejo em polêmicas vazias porque nem sequer há desejo (esse conceito é pseudocientífico/psicanalítico). O homem do subsolo, enquanto um homem revoltado, por livre-arbítrio jogou no lixo seu próprio livre-arbítrio quando o assunto é defender a consciência (ou a ciência transparente, termos usados aqui como sinônimos).

Por fim, se a literatura é apenas uma forma metafórica e narrativa de descrever o comportamento humano, cabe-nos acompanhar nosso teórico do subsolo, uma obra tanto literária quanto científica, assim como este artigo:

Um edifício está sendo erigido torto. O homem do subsolo, exatamente aquele que convive com as fundações, alerta às equipes de engenharia. Ele, sozinho, não pode fazer nada. Resta-lhe tagarelar, mas a equipe de engenharia já está no terceiro andar, o edifício já faz que tomba, mas de lá do alto da autoridade do prédio torto, ninguém vê nem escuta ao homem do subsolo. Alguém descera para ouvi-lo e conhecer o subsolo, ou a fé que os senhores têm nos céus é grande e absoluta demais para isso?

#### Referências bibliográficas:

AMORIM, Thâmara. Dois Hamlets Russos: a influência shakespeariana na construção dos arquétipos do “homem supérfluo” e do “homem do subsolo”. **Revista Crises**, v. 1, n. 1, p. 83, 21 abr. 2021. DOI 10.51359/2763-7425.2021.250253. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/crises/article/view/250253>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ARBAN, Dominique. **Correspondance de Dostoiévski**. Paris: Calman-Lévy, 1949. Tome I.

BRANDÃO, José Eduardo Fonseca; VAUCHER, Tanara Dourado Arejano. O “herói” demasiado humano de Memórias do Subsolo de Fiódor Dostoiévski. **RUS (São Paulo)**, v. 12, n. 20, p. 311–326, 23 dez. 2021. DOI 10.11606/issn.2317-4765.rus.2021.191524. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rus/article/view/191524>. Acesso em: 9 nov. 2023.

CABRAL, Jimmy Sudário. Transcendência e Materialismo em Memórias do Subsolo. **Numen**, v. 19, n. 1, 29 dez. 2016. DOI 10.34019/2236-6296.2016.v19.22028. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22028>. Acesso em: 9 nov. 2023.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2017.

COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Notas do subsolo**; tradução do russo de Maria Aparecida Botelho Pereira Soares. Porto Alegre: L&PM, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os Irmãos Karamazov**. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

EVA, Luiz Antonio Alves. O primeiro cético (acerca da coerência do pirronismo). In: Silva Filho, Waldomiro José (org.). **O Ceticismo e a possibilidade da Filosofia**. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2005, p.45-86.

FARINA, Diego Lock. Ser (e deixar de ser) o homem doente, o homem mau e o homem desagradável: notas sobre Memórias do subsolo. **RUS (São Paulo)**, v. 12, n. 20, p. 44–64, 23 dez. 2021. DOI 10.11606/issn.2317-4765.rus.2021.191500. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rus/article/view/191500>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FERNANDES, Arlene. Racionalismo e romantismo em “Memórias do subsolo”, de Dostoiévski. **RUS (São Paulo)**, v. 12, n. 18, 29 abr. 2021. DOI 10.11606/issn.2317-4765.rus.2021.180977. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rus/article/view/180977>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FREUD, Sigmund. Dostoiévski e o parricídio. 1927. In: STRACHEY, James (ed.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 21, p. 181-200.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético vol. 2**. São Paulo: Editora 34, 1999.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.

LACLAU, Ernesto. Desconstrução, pragmatismo, hegemonia. In: MOUFFE, Chantal (org.). **Desconstrução e Pragmatismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 77–105.

MACHADO, Dyonelio. **Deuses econômicos**. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MARTINS, Jasson da Silva. O cinismo como crítica à tradição. **Revista Húmus**, [S. l.], v. 12, n. 37, 2022. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/20447>. Acesso em: 17 maio. 2023.

MULLER, Rafael Sarto. **Anticristos econômicos e as filosofias da antiguidade clássica em Deuses econômicos de Dyonelio Machado**. 2023. 253f. Tese (Doutorado em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2023.

PROUDHON, Pierre Joseph. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: L&PM, 1998.



SILVA, Fábio Veiga Da; GIACOMELLI, Alisson Cristian. A Física que dá medo: o determinismo nas entrelinhas da obra “Memórias do subsolo” de Fiódor Dostoiévski. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 5, n. 4, p. 177–197, 21 dez. 2022. DOI 10.36661/2595-4520.2022v5n4.13042. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/13042>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SKINNER, Burrhus Frederic. **O comportamento verbal**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SMITH, Plínio Junqueira. **Ceticismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SIMÕES, Eduardo. A Classificação dos projetos e teorias da verdade e o lugar da teoria da correspondência e do pragmatismo. **Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 19–38, 16 nov. 2019.

TOLSTÓI, Liev. **Os últimos dias** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VILLAÇA, Davi Lopes. Memórias do subsolo: dificuldades interpretativas. **RUS (São Paulo)**, v. 12, n. 20, p. 26–42, 23 dez. 2021. DOI 10.11606/issn.2317-4765.rus.2021.191522. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rus/article/view/191522>. Acesso em: 9 nov. 2023.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo: Cultrix, 1993.

WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.